

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
A/C.: Sr PREGOEIRO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.765/2023

A Empresa LOCTECH Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda, inscrita no CNPJ 31.954.621/0001-38, situado na Av. Prefeito Isoldackson Cruz de Brito, 158 – Vila Margarida – Itaguaí - RJ vem através deste requerer:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

TEMPESTIVIDADE

Nos termos previstos no item 28.1 do edital acima mencionado, apresentamos a peça de IMPUGNAÇÃO dentro dos prazos mencionados, desta forma, a mesma deve ser acolhida e analisada nos termos da Legislação vigente.

OBJETO LICITADO

O instrumento convocatório tem como objeto a futura e eventual Contratação de empresa especializada para o serviço de ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste Edital.

DOS FATOS

O instrumento convocatório, cujo pregão será realizado em 18 de outubro do corrente, possui dentre suas exigências para habilitação, a referida no item 20 do mesmo, a saber:

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação
 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:
Placa, marca, modelo e ano de fabricação;
- Declaração de disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, para atendimento dos serviços de manutenção e circulação da frota

Ressaltamos ainda que, no Termo de Referência menciona a obrigação por parte da futura empresa contratada a contratação de Mão de Obra para a execução dos serviços, como observamos:

8. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a contratação de empresa especializada para o serviço de **ALUGUEL DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, CAMINHÕES e MÁQUINAS COM MOTORISTA/OPERADOR** para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

Conforme visto acima, trata-se explicitamente de prestação de serviços com emprego de mão de obra dedicada e equipamentos para a execução de função específica, sendo assim, se faz obrigatório o emprego de profissional Administrador para a regulamentação dos serviços, desta forma a empresa tem a obrigatoriedade de ser registrada na Entidade Competente, ou seja, CRA. Observamos o que determina a Lei 8.666/93.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

Analisando o edital, tão somente com base na Legislação Vigente, se vê a falta da obrigatoriedade das licitantes na Entidade Profissional Competente, nesse caso o Conselho Regional de Administração, para fins de garantir a contratação de empresa qualificada de forma ética e profissional para o perfeito cumprimento do objeto licitado, dentro das prerrogativas previstas no artigo 3º da Resolução Normativa CFA Nº 419 de 01/03/2012 c/c Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967.

DO ATO LEGAL

No sentido de almejar provimento desta peça de impugnação, invocamos o princípio da legalidade e da observância da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (art. 3º Lei 8.666/93), bem como o art. 30, inciso I da citada Lei para que seja incluso no instrumento convocatório a exigência de registro das licitantes no Conselho Regional de Administração, sob pena de tornar o Edital fora da conformidade da legislação vigente, tendo em vista que dentre os serviços prestados pela licitante vencedora, será realizado atividades próprias de Administração, tornando neste caso obrigatório o registro no CRA.

DA SOLICITAÇÃO

Face Ao exposto, com base nas argumentações acima pontuadas e na legislação vigente solicitamos:
A retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 no mesmo seja incluso a exigência de registro do Conselho Regional de Administração (CRA) para que as empresas licitantes, com base na Resolução Normativa nº 419 de 01/03/2012, do CFA e no art. 30, inciso I da Lei 8.666/93.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, RJ, 13 de outubro de 2023.

Loctech Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda
CNPJ 31.954.621/0001-38
Paula Gonçalves Ribeiro
Sócia
CPF 108.732.047-00

